



Artículos y Ensayos

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: MODELOS DA DEMANDA DE EDUCAÇÃO

GLENDIA JANAÍNA SANTOS DA SILVA

RESUMO

A tese de que a recuperação europeia de pós-guerra se deveu em boa medida à qualidade de sua mão de obra, converteu a educação em um ótimo investimento e provocou que a proporção do produto nacional, como gasto educativo, quase se duplicasse na década de sessenta, propiciando a realização de estudos relacionados com o conceito de capital humano e a metodologia para estimar o rendimento deste tipo de investimento. Este artigo tem o propósito de determinar as características dos quatro principais modelos que tentam explicar essa relação, chamadas de modelos da demanda da educação. São desenvolvidos os principais postulados da teoria do capital humano, cujo eixo central consiste em afirmar que os agentes investem em educação para conseguir incrementar suas habilidades ou capacidades produtivas pessoais. Sob este enfoque, a educação é contemplada

como um investimento que permite aos indivíduos incrementar sua produtividade e, portanto, conseguir maiores probabilidades de êxito no mercado laboral; da teoria do consumo, modelo de demanda onde as decisões dos estudantes além de estar condicionadas pelos ingressos adicionais esperados, também dependem dos bens não comerciais relacionados com a vida de estudante; da teoria credencialista, que reduz o valor atribuído ao título acadêmico ao de uma hipotética e custosa “carta de recomendação” que permite ascendê-los a distintos escalões do mercado de trabalho, fornecendo ao empresário uma informação sobre o valor do futuro trabalhador. Esta teoria advoga por uma valoração mais pragmática do produto educativo, não aceita a ideia de que a educação transforme positivamente a capacidade produtiva do indivíduo. O título educativo atua como uma



referência para o empregador; e por fim o modelo radical, que sem rechaçar algumas das principais hipóteses da teoria do capital humano, considera a educação como um elemento que legitima o controle da força de trabalho e a reprodução da estratificação social.

Palavras-Chaves: Educação. Economia. Demanda. Capital Humano. Credencialismo. Consumo. Radical.

ECONOMÍA DE LA EDUCACIÓN: MODELOS DE DEMANDA EDUCATIVA RESUMEN

La tesis de que la recuperación de la posguerra Europea se debió en buena medida a la calidad de su fuerza de trabajo, convirtió la educación en una gran inversión y provocó que la proporción del producto nacional, como gasto educativo, casi se duplicara en la década de 60, proporcionando estudios relacionados con el concepto de capital humano y la metodología para estimar el ingreso de este tipo de inversión. Este artículo tiene el propósito de determinar las características de los cuatro modelos principales que intentan explicar esta relación, llamados modelos de la demanda educativa. Se desarrollan los principales

postulados de la teoría del capital humano, cuyo eje central es afirmar que los agentes invierten en la educación para poder aumentar sus habilidades o capacidades productivas personales. Bajo este enfoque, la educación se contened como una inversión que permite a las personas aumentar su pro-Logrando así una mayor probabilidad de éxito en el mercado de trabajo; De la teoría del consumo, Modelo de demanda donde las decisiones de los estudiantes además de ser condicionadas por los boletos adicionales esperados, también dependen de los bienes no comerciales relacionados con la vida del estudiante; De la teoría de la credencial, Que reduce el valor atribuido al título académico al de una hipotética y costosa "carta de recomendación" que les permite ser valorados en diferentes niveles del mercado laboral, proporcionando al empresario información sobre el valor del futuro trabajador. Esta teoría aboga por una valoración más pragmática del producto educativo, no acepta la idea de que la educación transforma positivamente el capaci- La productividad del individuo. El título educativo actúa como referencia para el empleador; Y por último, el modelo radical, que no rechaza algunas de las principales hipótesis de la teoría del capital humano,



considera la educación como un elemento que legitima el control de la fuerza de trabajo y la reproducción de la estratificación social.

Palabras clave: educación. Economía.

Demanda. Capital humano. ISMO. Consumo.

Radical.

ECONOMICS OF EDUCATION:

DEMAND ON EDUCATION MODELS

ABSTRACT

The thesis that the post-war European recovery was largely due to the quality of its workforce, made education a great investment and caused the proportion of the national product, as an educational expenditure, to nearly double in the decade of sixty, providing studies related to the concept of human capital and the methodology to estimate the yield of this type of investment. This article has the purpose of determining the characteristics of the four main models that try to explain this relation, called models of the demand of the education. The main postulates of the theory of human capital are developed, whose central axis consists in affirming that the agents invest in education to be able to increase their abilities or personal productive capacities.

Under this approach, education is seen as an

investment that allows individuals to increase their productivity and, therefore, achieve greater chances of success in the labor market; of consumer theory, a demand model where student decisions, in addition to being conditioned by expected additional income, also depend on non-commercial assets related to student life; of credentialist theory, which reduces the value attributed to the academic title to a hypothetical and expensive "letter of recommendation" that allows them to be promoted to different levels of the labor market, providing the entrepreneur with information about the value of the future worker. This theory advocates a more pragmatic assessment of the educational product, does not accept the idea that education positively changes the productive capacity of the individual. The educational title acts as a reference for the employer; and finally the radical model, which without rejecting some of the main hypotheses of human capital theory, considers education as an element that legitimizes the control of the labor force and the reproduction of social stratification.

Keywords: Education. Economy. Demand. Human capital. Credentialism. Consumption. Radical



Introdução

No âmbito da teoria econômica, o nível educativo dos indivíduos constitui um elemento fundamental para explicar a produtividade do trabalho, os níveis salariais, assim como a dinâmica do mercado de trabalho. Neste contexto, numerosos economistas tentaram explicar a relação causal entre educação, emprego e salários, o que resultou a múltiplas formulações teóricas e enfoques analíticos muito diferentes.

Primeiramente, as transformações originadas pelas revoluções do conhecimento e a informação foram traduzidas na teoria do capital humano, conceptualização que data das décadas de 1950 e 1960. Suas proposições assimilam a posse de educação com o usufruto de qualquer tipo de capital material, pelo que foi considerado um investimento suscetível de cálculo acerca de sua específica rentabilidade. Nesse momento, houve um debate centrado na relação da educação como investimento e como consumo. Em uma atmosfera traspassada pelo otimismo econômico e tecnológico, a teoria do capital humano irrompeu vigorosamente, produzindo uma mudança conceitual cujos efeitos se traduziram na ampliação das expectativas depositadas no sistema educativo. Junto ao impulso de políticas destinadas a elevar as taxas de escolarização, iniciou a ativa intervenção do Estado a fim de assegurar o ingresso igualitário à educação. Seus alcances econômicos outorgaram à teoria do capital humano um perfil centrado na primazia de critérios de eficácia, o que contribuiu para a modificação dos padrões do gasto público e das pautas de justiça redistributiva da oferta e do financiamento. No entanto, mudanças na economia colocaram em cheque alguns de seus postulados, ocorrendo que outros modelos foram criados na tentativa de explicar a



relação entre economia e educação. Este trabalho visa justamente a apresentar as principais características destes modelos, partindo da teoria base que é a teoria do capital humano.

Ressalta-se que estes modelos, ainda que pouco coincidentes em seus pressupostos de partida e na interpretação de seus resultados, podem ser em parte complementares e em parte excludentes na hora de estudar tais interrelações.

1 A Teoria do Capital Humano

A teoria do capital humano representa o primeiro intento formalizado de vincular o nível educativo alcançado pelos indivíduos e sua situação no mercado de trabalho. Antes do desenvolvimento desta teoria, a educação era considerada como um bem de consumo, pelo que sua demanda dependia, fundamentalmente, da renda presente dos indivíduos. Desta nova perspectiva, a demanda de educação é explicada como uma decisão de investimento, ao se considerar os benefícios laborais que o aumento de conhecimentos que acarreta. Assim, os indivíduos investem em educação para aumentar sua produtividade e ver-se assim recompensados no mercado de trabalho, através de um incremento salarial e uma redução em sua probabilidade de desemprego e de inatividade.

No início da década de sessenta do século passado, Theodore Schultz pronunciou um discurso no qual afirmava que os conhecimentos e habilidades adquiridas são uma forma de capital obtida como resultado de um investimento em educação (SCHULTZ, 1973). Este discurso e o desenvolvimento posterior da teoria do capital humano por Becker e Mincer marcaram um ponto de inflexão na concepção da educação, ao contemplá-la não



só como um bem de consumo, mas principalmente, como uma atividade de investimento (RAMA, 2010).

De acordo com Rama (2010, p. 8):

Teodore Shultz será el precursor de la primeravertiente que refiere a la educación y que acuñó como “capital humano” en tanto eje del desarrollo económico. Junto a Gary Becker y Jacob Mincer negaron el carácter homogéneo de la fuerza de trabajo y asignaron una productividad diferenciada en función de su formación y experticia de las personas en tanto stock de capital humano. Schultz en 1961 definió el gasto en educación, en salud, en migración interna y en entrenamiento en el trabajo, como inversiones en capital humano que elevan la “calidad del esfuerzo humano” y por ende la productividad, gracias a cuyo enfoque se explicó la mayor parte del aumento en los ingresos reales de los trabajadores en los años cincuenta en los Estados Unidos a partir de las inversiones en educación y sus derivaciones en términos de eficiencia laboral.

Até a formalização desta teoria, a educação era considerada como um mecanismo para conseguir uma sociedade mais justa e igualitária, já que transmite aos indivíduos uma série de valores que contribuem para melhorar tanto sua qualidade de vida, como a do resto da sociedade. Além de propor esta ideia, a aportação fundamental da teoria do capital humano consiste em explicar o papel que tem a aquisição de conhecimentos e habilidades



nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico das nações, assim como sua importância para o indivíduo no alcance de uma posição profissional. Do ponto de vista econômico, as principais novidades do modelo são a consideração do capital humano como um fator que permite o incremento da produtividade dos indivíduos e a análise do comportamento humano sob as leis econômicas (MONTEIRO, 2016).

No caso do investimento em educação, devem ser considerados dois tipos de custos. Por um lado, os denominados custos diretos que são aqueles diretamente ligados ao processo educativo (matrículas, taxas, livros, material de apoio, transporte escolar, etc.) e por outro, deve ser considerado o custo indireto ou de custo de oportunidade que gera o investimento educativo, representado pelo salário que o indivíduo renuncia ao não se dedicar a trabalhar em tempo integral (custo de oportunidade) (RAMOS, 2005).

Portanto, pela teoria do capital humano os indivíduos se comportam racionalmente, elegendo o nível educativo que maximiza o valor presente dos benefícios futuros descontados os custos do investimento em educação.

Em uma de suas primeiras aportações à teoria do capital humano, Becker considera que, uma vez que o indivíduo abandona o sistema educativo, (dando por finalizada sua educação formal), e entra no mercado laboral, o investimento em capital humano é produzido mediante a formação no trabalho. Neste caso, as decisões de investimento costumam depender tanto do indivíduo como das próprias empresas (SHEENAN. 1975).

Na análise da formação no posto de trabalho, Becker distingue entre a formação geral e específica. A característica principal da formação geral é que aumenta a



produtividade dos indivíduos, independentemente da empresa em que trabalhem. Por esse motivo, as empresas costumam repassar os custos da formação geral ao trabalhador, que recebe um salário menor a sua produtividade durante a etapa formativa. Os trabalhadores aceitariam esta situação, já que confiam em que o aumento do valor atual da corrente de ingressos futuros supere ao que se daria em caso de não havê-la recebido (FRIGOTTO, 2010).

Para explicar a disposição das empresas e trabalhadores de financiar a formação específica, Becker usa o conceito de rotação laboral. Assim, em contextos de alta mobilidade laboral, as empresas não estariam dispostas a oferecer formação específica a seus trabalhadores, posto que em caso destes trocarem de empresa, perderiam o investimento efetuado. Se ao contrário, o trabalhador é despedido após haver financiado parte de sua formação específica, o indivíduo sofreria uma perda de capital. Por conseguinte, defende que os investimentos em formação específica financiados conjuntamente pela empresa e pelo trabalhador diminuem a rotação laboral, já que a mobilidade laboral seria prejudicial para ambos. No caso da empresa decidir despedir o trabalhador, não recuperaria os custos do investimento em formação específica, nem se beneficiaria do incremento na produtividade do trabalhador fruto de dito investimento. Se, ao contrário, fosse o trabalhador o que decidisse pedir demissão da empresa, perderia a parte do custo do investimento que assumiu. Além disso, se o trabalhador é retribuído segundo sua produtividade marginal, seu salário se incrementará na empresa onde recebe a formação específica, mantendo-se inalterável no resto de empresas (MONTEIRO, 2016).



A decisão de investimento em educação se desenvolve no marco da análise custo-benefício. Os indivíduos investirão na aquisição de capital humano se os benefícios esperados deste investimento superam os custos da mesma. Desta forma, um dos instrumentos básicos da teoria do capital humano é a taxa interna de rendimento (TIR) do investimento educativo, calculada a partir da igualação entre os custos da educação com os benefícios obtidos da mesma. A taxa de rendimento do investimento em educação pode ser calculada tanto no âmbito privado (considerando os custos e benefícios individuais) como no âmbito social (se forem considerados os custos e benefícios sociais do investimento em educação) (PIRES, 2005).

De acordo com a teoria do capital humano, o mercado, em seu papel de mecanismo eficiente na designação de recursos, deveria fazer com que os trabalhadores mais educados e, em consequência, mais produtivos, obtivessem os postos de trabalho mais qualificados e, portanto, melhor retribuídos. Desta hipótese se mostra uma estreita correlação entre o investimento em capital humano, os aumentos de produtividade e a obtenção de empregos bem remunerados, que converte à educação em um importante fator explicativo do êxito dos indivíduos no mercado laboral (SOUZA; OLIVEIRA, 2006).

A prática demonstra que, em algumas vezes, é produzido certo desajuste entre os níveis educativos dos trabalhadores e os postos que ocupam. Assim, considera-se que um trabalhador está sobre qualificado, quando possui um nível educativo superior ao requerido pelo emprego que exerce, e subqualificado, quando seu nível educativo é inferior ao requerido no posto de trabalho (RAMA, 2010).



Sob a perspectiva do capital humano, os desajustes entre a oferta e a demanda de trabalho tendem a ser eliminadas com o tempo. Quando se produz um excesso de demanda de trabalho, os empresários reagem elevando os salários ofertados, enquanto que se existe um excesso de oferta, os empresários diminuirão o nível salarial ou elevarão os requisitos de acesso ao emprego. No referente à educação, um incremento no nível educativo da população ativa beneficiaria o empresário, que contrataria indivíduos mais qualificados a um salário menor. Do ponto de vista do trabalhador, um aumento na porcentagem de população ativa com estudos superiores implicaria maior competência para o indivíduo no acesso a certas ocupações, o que levaria a revisar seu plano de investimento em educação. Por conseguinte, a teoria do capital humano considera transitórios os possíveis desajustes que pudessem ser produzidos entre o nível educativo do indivíduo e os requerimentos no posto de trabalho (FRIGOTTO, 2010).

O desenvolvimento da teoria do capital humano supôs uma nova concepção da educação como elemento influente no crescimento e desenvolvimento econômico dos países. O êxito desta teoria, apoiado por um contexto de crescimento econômico generalizado foi causa da expansão produzida no setor educativo dos países europeus durante os anos sessenta e setenta, nos quais se considerava o processo educativo como uma das chaves do desenvolvimento econômico e da diminuição das desigualdades sociais dentro de um país.

Na segunda metade da década de setenta ocorreram uma série de acontecimentos que põem em destaque alguns dos principais postulados desta concepção teórica. Em



primeiro lugar, a teoria já não é útil para explicar a nova realidade social e econômica. Em meados dos anos setenta, uma vez concluído o ajuste oferta-demanda de mão de obra educada no mercado de trabalho, a realidade reflete que as desigualdades sociais seguem estando presentes. Além disso, como consequência da crise petrolífera de 1973, aparece o desemprego entre os titulados universitários e as categorias de trabalho qualificado são substituídas por ocupações inferiores, o que origina o aparecimento da sobre educação como fenômeno permanente e não transitório, como se havia considerado anteriormente. A soma de todas estas circunstâncias provocou um crescente ceticismo sobre o papel da educação como instrumento de promoção social. Assim, começaram a surgir críticas respeito à relação entre educação, qualificação e produtividade, assim como respeito à relação entre os incrementos de produtividade e os incrementos na remuneração (ALMEIDA; PEREIRA, 2000).

2. Modelo de Consumo

O enfoque de considerar à Educação como uma forma de investimento em capital humano, foi desafiado por diversos modelos teóricos. O ataque inicial esteve centrado na discussão da educação como uma forma de 'consumo'. Segundo este enfoque, a inquietude principal dos agentes econômicos estaria baseada em procurar a satisfação de um desejo de consumo, demanda cuja intensidade está ligada a os níveis de renda das pessoas, adotando assim as características de um bem superior Este aspecto foi central na discussão inicial dos desenvolvimentos da “Economia da Educação”. O componente consumo reduz



naturalmente os cálculos do retomo social da educação como investimento, ao não poder separar os custos conjuntos incorridos, contudo o ponto não oferece inconveniente com relação ao financiamento, já que em caso de tratar-se de um bem de consumo, os benefícios privados e também as externalidades poderão ser valoradas do ponto de vista deste componente (SHEENAN, 1975).

No modelo de demanda da educação como consumo, a educação é tomada como um bem normal e sua demanda depende do ingresso familiar, de igual maneira a decisão de investir em educação depende de outros fatores inerentes à personalidade do consumidor modelada pelos diferentes entornos de tipo social, cultural e preferências do próprio consumidor. Neste caso, o objeto do indivíduo de demandar educação poderia ser o de desfrutar das vantagens e atrativos da vida de estudante, obter maiores conhecimentos e outras satisfações futuras como fazer amizades.

O modelo do consumo de educação além de ligar fatores econômicos como os ingressos familiares, também abarca outro tipo de fatores que o indivíduo considera em sua função de utilidade como o são: o rendimento acadêmico, já que o aceder a carreiras que contenham áreas nas quais seu rendimento no secundário foi baixo, apresentaria maiores riscos de não terminar seus estudos superiores; de igual maneira se encontram fatores de preferência que obtém o indivíduo de acordo com a informação recebida através da publicidade de diferentes carreiras e a qualidade da instituição educativa onde o indivíduo deseja estudar, pois este avaliará a educação segundo suas expectativas. Nesta valoração intervêm aspectos como o nível intelectual dos estudantes que participam na aula, a



capacidade dos professores e os recursos didáticos utilizados, o que afeta a decisão de demandar educação de caráter privado ou público (PIRES, 2005).

3 A Teoria Credencialista ou da Certificação

Uma das críticas mais importantes que foi realizado à teoria do capital humano é a desenvolvida pela denominada teoria da certificação. A teoria da certificação mantém alguns pressupostos da teoria do capital humano: as duas teorias consideram a educação como bem de investimento e, para ambas, existe uma relação positiva entre o nível educativo e os salários percebidos pelos indivíduos.

A teoria do capital humano e o enfoque credencialista diferem em um ponto essencial. A teoria do capital humano pressupõe que a educação eleva a produtividade dos indivíduos, o que provoca um aumento de seus salários. Pelo contrário, segundo a teoria credencialista, a educação não aumenta a produtividade dos indivíduos, mas que se limita a cumprir um papel de "sinal" em um mercado de trabalho onde existe um problema de informação assimétrica (ALMEIDA;PEREIRA, 2000).

Para Rama (2010, p. 13):

Una de las orientaciones de esta escuela de la señalización, la credencialista, sostiene que la educación sirve como requisito de acceso laboral para algunas profesiones, y inclusive a salarios superiores, pero que los trabajadores con certificaciones consideradas inferiores por el mercado, serán marginados del acceso a los puestos en los cuales a su vez existen las



oportunidades de adquirir una mayor formación, no por causa de carencia de competencia sino simplemente porque las certificaciones no son las requeridas, las aceptables o las que den las garantías necesarias de productividad.

Dentro do mercado laboral existem distintos tipos de trabalhadores, que se diferenciam entre si por seu nível de habilidade inata. Os trabalhadores conhecem seu grau de habilidade, contudo o empresário que deseja contratá-los desconhece esta informação. Neste contexto, a educação atua como um sinal das capacidades naturais dos indivíduos. Supõe-se que os indivíduos mais hábeis adquirirão maiores níveis educativos, posto que os custos do investimento (anos dedicados ao estudo, professores particulares, academias, etc.) serão menores para eles que para indivíduos menos capazes. Desta perspectiva, a educação tem um papel fundamental como sinal das habilidades e atitudes do indivíduo, já que existe uma correlação positiva entre o nível de estudos alcançado pelo indivíduo e sua capacidade produtiva. Portanto, os empresários oferecerão salários mais elevados àqueles indivíduos que hajam alcançado maiores níveis educativos, posto que pensam que são mais produtivos.

Arrow desenvolve a teoria do filtro da educação no contexto da educação superior. Segundo seu enfoque, este tipo de educação não incrementa a produtividade dos indivíduos, nem contribui para conseguir um rendimento econômico maior ou a aumentar o grau de socialização. Portanto, a educação superior serviria unicamente como instrumento de filtro para classificar aos indivíduos e resolver o problema de informação no mercado de trabalho



(PIRES, 2005).

Em um primeiro modelo, Arrow considera que os trabalhadores são perfeitamente substituíveis entre si no processo produtivo. Esta hipótese supõe uma divergência entre o valor privado e social da educação superior. Sob este pressuposto, os indivíduos mais produtivos veem incrementados seus salários ao sinalizar sua produtividade, beneficiando-se assim do investimento em educação superior. Assim, do ponto de vista social, os recursos destinados à educação são totalmente improdutivos já que a educação não altera o *output* gerado (PIRES, 2005).

Em um segundo modelo mais depurado, o autor introduz a possibilidade de que, dentro das empresas, possam ser desenvolvidas diferentes tarefas, com distintos graus de complexidade. Portanto, a solução eficiente seria que as empresas utilizassem nas tarefas mais difíceis os trabalhadores mais capacitados, reservando aos trabalhadores com menos talento para desenvolver os trabalhos mais simples. Como o empresário não conhece anteriormente o nível de habilidade de cada um de seus trabalhadores, utiliza o nível de educação como substitutivo da produtividade previsível. As empresas utilizam o nível de estudos alcançado como instrumento de seleção dos trabalhadores para os diferentes postos de trabalho. Ainda que nesta proposta seja mantida a discrepância entre os benefícios privados e sociais da educação superior, neste caso, o valor social da educação superior não é nulo, posto que cumpra seu papel de seleção (PIRES, 2005).

Outro autor importante da teoria da certificação é Stiglitz. Conforme Ramos (2005), Stiglitz considera que a preocupação dos economistas por resolver as denominadas "falhas



de mercado” (como o caso da informação imperfeita no mercado de trabalho) gerou que o setor Público intervenha na economia para intentar corrigir estas falhas. Assim, a intervenção pública no mercado produz, em muitas ocasiões, efeitos contrários aos desejados.

No caso da educação como mecanismo corretor do problema de informação imperfeita, o autor reconhece que o nível educativo alcançado pelos indivíduos cumpre uma função importante como indicador do nível de habilidade dos mesmos, o que ocasiona um incremento salarial para aquelas pessoas com maiores capacidades. Neste contexto, a educação gera rentabilidade privada para os indivíduos que a adquirem, contudo tende a incrementar a desigualdade na distribuição da renda, já que, ao não gerar aumentos de produtividade, o produto nacional permaneceria invariável e o único efeito seria uma nova distribuição da renda a favor dos mais hábeis.

O desenvolvimento da teoria da certificação gerou sérias dúvidas sobre a influência da educação na produtividade dos indivíduos. Com a colocação desta teoria se abriu todo um debate acerca de se o aumento dos salários dos indivíduos mais educados é derivado de que a educação eleva sua produtividade ou porque permite que o empresário detecte seu maior nível de habilidade inata.

A função educativa seria, portanto a de certificar a conveniência acerca do futuro trabalhador, a educação será uma marca de classe, o sujeito qualificado. Em consequência, as diferenças com relação a oportunidade de emprego ou ingressos, não são reflexo de uma maior capacidade produtiva do indivíduo ao aumentar seus anos de escolarização, mas o



resultado do papel socioeconômico dos que desfrutam os títulos ou diplomas educativos no mercado de trabalho, como selecionadores.

4 O Enfoque Radical

A crítica dos radicais à teoria do capital humano é derivada da teoria marxista da empresa capitalista, cujos principais pressupostos se opõem aos defendidos pela teoria neoclássica. Segundo a concepção radical, o capitalismo é um sistema no qual os meios de produção são possuídos e controlados por uma pequena minoria. A massa de indivíduos, despossuída do controle dos recursos produtivos, se vê forçada a vender sua força de trabalho para poder viver. Desta perspectiva, a escolarização, a formação ocupacional e o cuidado com a saúde desempenham uma dupla função econômica: cumprem um papel essencial na produção, ainda que de maneira indireta, e também são essenciais para a perpetuação da ordem econômica e social estabelecida. Portanto, a base da crítica radical se fundamenta em que a teoria do capital humano padece de uma explicação da reprodução social e apresenta uma teoria da produção muito parcial, na qual são ignoradas as relações sociais de produção em favor das relações técnicas (GENTILI, 2002).

Alguns dos trabalhos mais representativos desenvolvidos dentro da teoria radical são os realizados por Bowles e Gintis (1990). Seguindo o enfoque metodológico e doutrinário marxista, estes autores denunciam que, na prática, o sistema educativo está contingenciado aos interesses do sistema produtivo e, portanto, a educação é utilizada como elemento que dissimula e legitima a reprodução social das classes dirigentes. Em sua



opinião, a missão do sistema educativo transcende a mera produção de capital humano. Mesmo que é certo que as diferenças de renda e status profissional entre os indivíduos sejam devidas a diferenças no nível de educação recebida, o grau de inteligência e os anos de experiência há outra variável que os economistas do capital humano não consideram em sua análise e que são determinantes na explicação das diferenças salariais e ocupacionais dos indivíduos: a procedência socioeconômica. Para Bowles e Gintis (1990), o sistema educativo permite a segmentação dos trabalhadores, impede a conscientização da classe obreira e legitima a desigualdade econômica ao proporcionar um mecanismo aberto, objetivo e meritocrático para designar os indivíduos a posições ocupacionais desiguais e hierarquizadas.

Ademais, Bowles e Gintis (1990) afirmam que nem todos os indivíduos recebem a mesma educação. Os filhos dos trabalhadores permanecem menos anos no sistema educativo, em centros de pior qualidade e recebendo uma educação orientada para determinados postos de trabalho e onde lhes é inculcado uma série de valores (pontualidade, responsabilidade, esforço, etc.) que facilitarão ao empresário obter o máximo rendimento de seu trabalho. Por sua parte, os filhos dos capitalistas são os que, em sua maioria, procuram a Universidade, onde são formados para serem dirigentes, ocuparem postos de responsabilidade e manter a ordem estabelecida. Assim, os novos dirigentes serão os descendentes dos anteriores dirigentes. O sistema permanecerá invariável e, neste sentido, os seguirá favorecendo.

Por outro lado, na análise da distribuição da renda, os radicais assinalam que as



regularidades observadas não estão diretamente relacionadas com as diferenças dos recursos humanos, tal e como postula a teoria do capital humano. Estas diferenças de recursos humanos possibilitam a designação dos trabalhadores a uma série de postos cujas características são, na prática, independentes das qualificações de cada indivíduo. Por ele, ainda que se aceite que a educação aumente a produtividade dos indivíduos, o rendimento da mesma dependerá do grupo social ao qual se pertença (trabalhador ou capitalista, homem ou mulher, jovem ou adulto, branco ou negro, etc.). Por esse motivo, do enfoque radical se nega a concepção da educação como elemento promotor da mobilidade social e da igualdade de oportunidades (FRIGOTTO, 2010).

Não obstante, e apesar de todas suas limitações a educação é, e pode seguir sendo, um instrumento de mobilidade social para aqueles indivíduos que carecem de outros ativos pessoais ou materiais. A escola e a democratização do sistema educativo podem contribuir de forma ativa para a eliminação das desigualdades individuais e sociais. Além disso, a educação pode se converter em um mecanismo que permita estender o conhecimento crítico sobre a realidade, proporcionando vias alternativas que favoreçam sua transformação e sua melhora.

Para os autores radicais, nas decisões de contratação e promoção laboral se está dando importância, aparente, a questões ligadas à eficiência, quando o que realmente ocorre é que, sobre a base de algumas regras ligadas à eficiência e a técnica, se procura justificar um processo que tem muito de ideológico, político e social, em termos de designação de papéis, hierarquias e desigualdades.



5 Conclusão

Foram expostos de forma sintética os principais modelos teóricos que, de distintos pontos de vistas, trataram de explicar as relações existentes entre educação e emprego. Os distintos modelos analisados ressaltam a influência positiva do nível educativo nas condições laborais, salariais e ocupacionais dos indivíduos. O efeito previsto pela teoria do capital humano não difere essencialmente do que aportam as teorias credencialistas ou radicais, de maneira que os indivíduos mais educados poderão aceder aos melhores empregos. Não obstante, ditas correntes teóricas proporcionam diferentes interpretações do modo através do qual se produz esta influência benéfica.

Segundo a teoria do capital humano, os indivíduos investem em educação para incrementar sua produtividade com o fim de ser retribuídos com salários superiores no mercado de trabalho e diminuir sua probabilidade de desemprego. A concepção da educação como bem de investimento representou uma importante transformação com respeito a posturas teóricas anteriores, que a analisavam exclusivamente em sua vertente de bem de consumo. Assim, o desenvolvimento da teoria do capital humano tornou possível o estudo da educação no marco da análise econômica. O êxito preditivo desta teoria foi a causa do espetacular crescimento da educação durante os anos sessenta, já que o processo educativo foi apresentado como uma das chaves do crescimento econômico e um mecanismo importante na hora de reduzir as desigualdades sociais e de conseguir uma distribuição da renda mais equitativa.



No entanto, no início dos anos setenta a realidade econômica se transforma, e a teoria do capital humano já não é mais útil para explicar o novo *status quo* social e econômico, surgindo novas teorias com diferentes propostas de explicação da relação entre educação e emprego.

A teoria credencialista nega a hipótese de que a educação aumenta a produtividade dos indivíduos. Sob este enfoque, a educação é considerada como um instrumento que permite identificar os indivíduos com maior capacidade inata. No mercado de trabalho, a educação cumpre um papel meramente informativo, convertendo-se em um valioso mecanismo de seleção do pessoal para as empresas.

O aparecimento e o posterior desenvolvimento da teoria credencialista introduziu uma série de dúvidas com relação a influência da educação na produtividade dos indivíduos. Atualmente, se considera a existência de modelos mistos de capital humano e sinalização, nos quais se admite a influência de ambos os processos na retribuição da educação adquirida.

A teoria radical aceita o fato de que a educação influi positivamente na produtividade dos indivíduos, permitindo-lhes aumentar suas qualificações. Assim, se sublinha o papel socializador da educação, acima de seus efeitos sobre a produtividade. De uma perspectiva marxista, a educação é considerada como instrumento que segmenta aos trabalhadores e que legitima a reprodução social da classe dirigente. A teoria admite a possibilidade de que exista um desajuste entre o nível educativo alcançado pelos indivíduos e o requerido no posto de trabalho. Não obstante, são observadas diferenças significativas



na interpretação de tais desequilíbrios.

A formação do núcleo científico acerca do valor que a educação possui no mundo econômico coincidiu com a etapa de maior progresso e aceleração econômica. Cada nova formulação elaborada para explicar o aporte “produtivo” da educação não foi mais do que uma parcial explicação de um problema que foi ampliando seu tamanho. Cada teoria surge como explicação ou solução a um novo acontecimento que altera e modifica aquela de interação de forma imparável.

Assim, só contamos com um conjunto de modelos parciais, explicativos de situações isoladas e concretas que se bem em algum caso adquirem validade estrutural em outros sua parcialidade impede qualquer comparação ou contraste além de limitar sua capacidade explicativa acerca do processo de transformação e trânsito de um sujeito desocupado em formação a outro ativo e integrado no mercado laboral.



Referências

- ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. Crítica à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. *Revista de Educação*, v. 9, n. 15, 2000.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. A educação como campo de contradições na reprodução da relação capital-trabalho: reflexões sobre o princípio da correspondência. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 1, p. 93-107, 1990.
- FRERES, H.; GOMES, V. C.; BARBOSA, F. G. Teoria do Capital Humano e o Reformismo Pedagógico pós-1990: fundamentos da educação para o mercado globalizado. In: RABELO, J.; JIMENEZ, S.; SEGUNDO, M. D. M. (orgs.). **O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In:



- LOMBARDI, J.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Editores Associados, 2002, p. 45-59.
- MONTEIRO, Waleska de Fátima. **A metodologia neoclássica da teoria do capital humano**: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/download/41412/21359> >. Acesso em 20 abr. 2018.
- PIRES, Valdemir. **Economia da educação**: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.
- RAMA, Cláudio. La irrupción de nuevos modelos socioeconómicos, paradigmas educativos y lógicas económicas de la educación. **UDUAL**, México, n. 46, jul-set.2010, pp. 3 - 16.
- RAMOS, Carlos Alberto. **Introdução a economia da educação**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2005.
- SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.
- _____. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973a.
- SHEEHAN, John. **A economia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- SOUZA, Nali de Jesus de; OLIVEIRA, Júlio César de. Relações entre geração de conhecimento e desenvolvimento econômico. **Revista Análise**, 2006, vol. 17, n.2, Porto Alegre: Edipucrs. p. 211-223.